

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**CONSELHO UNIVERSITÁRIO****SECRETARIA****ATA Nº 07/2017**

Aos onze dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às nove horas, na Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, localizada no edifício da Reitoria, *Campus* Universitário em Uvaranas, situado na Avenida General Carlos Cavalcanti nº 4748, na cidade de Ponta Grossa, Paraná, sob a Presidência do Magnífico Reitor, Professor Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Universitário - COU, com a presença da Vice-Reitora Professora Gisele Alves de Sá Quimelli e dos Conselheiros Adilson Luiz Chinelatto (suplente), Adriana Scoton Antonio Chinelatto (suplente), Alexandre Camilo Junior, Amaury dos Martyres, Antônio Marcos Maia, César Augusto Galvão Arrais, Eduardo Pereira, Emerson Martins Hilgemberg, Gabriela Mazureki Campos Bahniuk (Diretora de Planejamento Físico no exercício da Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN), Gilmar Batista Mazurek, Luis Fernando Cerri, Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Marcos Vinicius Fidelis, Maria Salete Marcon Gomes Vaz, Marilisa do Rocio Oliveira, Miguel Archanjo de Freitas Júnior, Osnara Maria Mongruel Gomes, Paola Andressa Scortegagna (suplente), Paulo Rogério Moro, Paulo Vitor Farago (suplente), Rita de Cássia da Silva Oliveira (suplente), Rosane Falate, Silas Guimarães Moro, Silviane Buss Tupich e Vicente Paulo Hajaki Ribas; contando ainda com a presença dos servidores Dirlene de Andrade Batista, Ítalo Sérgio Grande, Joani Alves Ferreira e Neomil Macedo para apreciarem a seguinte ordem do dia: **1** - Processo nº **14.367/2017**. Interessada: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI. Assunto: Apreciação de proposta do Grupo de

25 Trabalho para a Autonomia da UEPG. Relator: Mesa. A Presidência da mesa
26 cumprimentou a todos os presentes e, depois de constatada a existência de quórum
27 regimental, iniciou a reunião extraordinária previamente marcada em reunião anterior
28 para dar sequência aos estudos e discussões a respeito da Autonomia Universitária;
29 justificou então as ausências dos Conselheiros Aroldo Messias de Melo Junior e Hermínia
30 Regina Bugeste Marinho, representantes do Governo do Estado do Paraná, e das
31 Conselheiras Sandra Borsoi, Clícia Bühner Martins, Marli de Fátima Rodrigues e Maria
32 Lúcia Cazarin Beserra Madruga; comentou sobre convite estendido a representantes das
33 entidades sindicais e explicou sobre deliberação em reunião anterior de que uma vez
34 constituído o Grupo de Trabalho e iniciados os trabalhos, a ideia de hoje seria ouvir os
35 Membros da Comissão presentes, especificamente o Conselheiro Emerson Martins
36 Hilgemberg, que voluntariamente assumiu a Presidência da referida Comissão, para que
37 expusessem uma avaliação, fazendo um relato e apresentando, evidentemente,
38 resultados parciais sobre a questão da discussão da autonomia, resultante dos primeiros
39 encontros; em paralelo a isso, comunicou sobre encontro com demais Reitores das sete (7)
40 Universidades Paranaenses, por ocasião de estar representando a UEPG e a Associação
41 Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público - APIESP em alguns eventos em
42 Brasília - DF; revelou sobre sugestão da Senhora Reitora Professora Berenice Quinzani
43 Jordão, da Universidade Estadual de Londrina - UEL, de que fosse realizada reunião em
44 Ponta Grossa com o pessoal da UEPG, da UEL e da Universidade Estadual de Maringá -
45 UEM, responsáveis pelo trabalho da parte relativa aos números, na intenção de tentar
46 equalizar a metodologia, considerando que tanto a Universidade Estadual do Oeste do
47 Paraná - UNIOESTE, quanto a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, a
48 Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR e a UEPG estariam com defasagem
49 bastante grande em relação às tratativas desse assunto, visto que a UEL e UEM já viriam

50 há bastante tempo discutindo; falou sobre a possibilidade de serem colocados números
51 que tenham como fundamento alguns parâmetros divergentes, sendo bom que houvesse
52 conversa na sequência entre as Instituições de Ensino Superior - IES, antecipando
53 resolução de impasse no âmbito do Grupo de Trabalho da APIESP; especificou sobre os
54 motivos da escolha de Ponta Grossa para o encontro, ressaltando que para
55 aproveitamento do tempo a reunião seria levada a efeito durante o dia todo, com
56 almoço no próprio local, e que já haveria sugestão das datas para o dia dezoito ou vinte
57 do corrente mês; na sequência passou a palavra ao Grupo de Trabalho para que fosse
58 levado ao Plenário conhecimento da evolução da discussão sobre autonomia. Após a
59 fixação do dia dezoito para a realização da reunião conjunta, o Conselheiro Emerson
60 Martins Hilgemberg, na condição de Presidente do Grupo relatou dados levantados até
61 a última reunião efetivada, números e algumas análises preliminares; sobre
62 entendimento dos documentos da UEL e UEM, esclareceu que o trabalho estaria a cargo
63 dos Conselheiros Maria Salete Gomes Marcon Vaz e Alexandre Camilo Junior, os quais
64 teriam sinalizado condições em analisar possível equiparação; disse que as Pró-Reitorias
65 estariam trabalhando no fornecimento de dados necessários, como, área de pessoal,
66 impacto na folha da contratação de efetivos, a questão de projetos inacabados, enfim,
67 várias atividades em paralelo; passou a relatar levantamento numérico ressaltando
68 importância do encontro com as IES para equalizar metodologias e entendimentos;
69 explicou que a princípio se reportou a um documento de todas as IES, estudo mais
70 recente que propunha alguns parâmetros para autonomia, apresentando valores da
71 Receita Bruta e Receita Tributária; esclareceu que o estudo projetado refletiria até o ano
72 de dois mil e treze, e a partir daí seriam previsões; considerou que se consultados os
73 Balanços do Estado com seus valores, mesma coisa ocorrendo com os dados repassados
74 pela UEL, talvez a questão fosse de metodologia, o critério que acompanha tanto para o

75 projeto de autonomia, quanto critério adotado inicialmente para calcular receita
76 tributária, teria sido praticado até certo momento e depois alteraria para outro critério;
77 atestou que basicamente estaria sendo considerado o orçamento da Administração
78 Global enquanto o critério utilizado foi Administração Direta, então os valores
79 começariam a divergir, por isso a necessidade de equalizar a metodologia; passou a
80 explanar a respeito do que teria sido feito, o cálculo a partir destes valores da Receita
81 Bruta, e da Receita Tributária, as taxas de crescimento históricas; explicou que a Receita
82 Corrente, na análise chamada de Receita Bruta, cresceria a uma taxa média de dez
83 inteiros e oitenta e seis centésimos por cento (10,86%), e que a Receita Tributária
84 cresceria a uma taxa de onze inteiros e setenta centésimos por cento (11,70%), ambas em
85 média anual, e com a oscilação das médias, isso seria a evolução; disse que a partir daí,
86 teriam sido feitos alguns exercícios e alguns cenários se apresentaram, feita também
87 análise do passado que estaria a disposição; na tentativa de ser mais sintético,
88 apresentou a situação do ano de dois mil e dezesseis com a participação na Receita
89 Tributária do Sistema que teria sido em torno de sete por cento (7%), destes a
90 Universidade teria ficado com oitenta e oito centésimos por cento (0,88%), a princípio
91 com crescimento histórico da Receita Tributária Líquida na razão de onze inteiros e
92 setenta centésimos por cento (11,70%), que com a participação da UEPG, esse índice seria
93 a evolução da Instituição; continuou explicando que basicamente o que estaria sendo
94 dito seria que: *se a partir de um determinado instante se atrelasse ou indexasse o*
95 *orçamento à receita, a razão de crescimento do orçamento iria ser a razão de*
96 *crescimento da receita; a receita crescendo dez por cento (10%) o orçamento cresceria*
97 *dez por cento (10%), se a Receita crescer cinco por cento (5%), o orçamento cresceria os*
98 *mesmos cinco por cento (5%);* disse que baseado no valor histórico, imaginando um
99 percentual de oitenta e oito centésimos por cento (0,88%), conforme colocado nessa pré-

100 análise, esse seria o crescimento em valores nominais, com inflação e tudo, não
101 crescimento real, como teria sido o caso dos outros dados; discorreu sobre valores de
102 despesas de pessoal e encargos repassados ao financeiro para a folha desse ano em torno
103 de duzentos e quarenta e quatro milhões de reais (R\$ 244.000.000,00) praticamente,
104 indagando de onde viriam os duzentos e setenta e cinco milhões de reais (R\$
105 275.000.000,00) da projeção preliminarmente informada pelo setor de recursos
106 humanos da Instituição, e esclareceu que seria eventualmente de todos os passivos e
107 reajustes não dados, mais as contratações represadas, elevando a folha para aquele
108 montante; considerou que isso daria à Instituição a partir desse orçamento para o ano de
109 dois mil e dezoito, imaginando taxa de crescimento de onze inteiros e setenta centésimos
110 por cento (11,70%) na receita e a UEPG tendo oitenta e oito centésimos por cento
111 (0,88%) dela, um orçamento em torno de trezentos e oito milhões de reais (R\$
112 308.000.000,00); a título de informação, expôs dentro da planilha o orçamento de dois
113 mil e dezessete, algo em torno de duzentos e cinquenta e um milhões de reais (R\$
114 251.000.000,00); nesse momento, afirmou que imaginar a Universidade com um custeio
115 de cento e dez milhões de reais (R\$ 110.000.000,00) seria um sonho, uma maravilha;
116 passou a explanar sobre cenário alternativo, demonstrando o orçamento de dois mil e
117 dezessete, que passando a reajustá-lo à taxa de crescimento da receita tributária, então
118 essa passaria a ser a evolução; disse tratar apenas de exercício para se pensar,
119 reafirmando não serem números finais, e sim exercício coletivo que estaria ainda sendo
120 processado; lembrou que o processador de planilha aceitaria tudo, e que qualquer valor
121 ali colocado, seria calculado o resultado; constatou que se mantida taxa de crescimento
122 de cinco por cento (5%), ainda assim se teria uma situação bastante favorável em
123 termos de números, demonstrando na planilha projetada, exemplos de resultados
124 usando valores diferenciados; compartilhou a informação de que após as primeiras

125 análises teria ficado claro, que algumas outras questões precisariam ser mais discutidas e
126 amadurecidas, dando clareza que a autonomia não seria solução; lembrou que todos
127 estariam sob a chamada "Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF" não havendo
128 possibilidade de remanejar recursos de custeio e folha; explicitou que se o Estado não
129 tiver condições de crescer salário, as IES também não irão ter, estando restritas a
130 negociar salário a partir do instante que o Governo tenha algum limite na receita para
131 essa concessão, resumindo que a autonomia não daria essa possibilidade; conjecturou
132 que o valor da folha poderia aumentar, ou por aumento de salário ou pelo aumento de
133 pessoas pagas, pois também impactaria a questão da contratação, com as IES tendo a
134 mesma restrição a princípio quanto a contratação e quanto ao reajuste de salários, *a*
135 *priori*, salvo melhor análise; sintetizou declarando que o conteúdo exposto estaria
136 registrado em processo, que não seria ainda informação final, mas a interpretação inicial
137 da análise e discussão; afirmou que se o quadro de fato fosse verdadeiro, ajudaria muito
138 na questão dos valores tidos para custeio e investimento, lembrando que nesse trabalho
139 não estaria sendo levado em consideração outras fontes, mas somente o orçamento
140 repassado pelo Estado; afirmou que o cenário apresentado resolveria problemas de
141 custeio e investimento mas não os problemas de pessoal, reiterando que a autonomia, a
142 princípio, não seria solução. A Presidência interrompeu tecendo comentários sobre a
143 simulação de valores apresentada e considerando possibilidades de emprego da sobra
144 fictícia de recursos; argumentou que investimento em equipamentos e novos espaços
145 implicariam em novas pessoas, com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR
146 não permitindo que a Universidade, mesmo tendo dinheiro, mesmo sobrando recursos,
147 possa vir a contratar pessoal, porque o limite prudencial do Estado estaria
148 comprometido. O Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg complementou que mais um
149 ponto que não estaria claro seria se nesse arranjo de autonomia, por ventura sobrando

150 valor de um ano, se a sobra ficaria com a Instituição ou como sempre, voltaria para o
151 Estado. O Senhor Presidente contou que nas Universidades Paulistas e na Universidade
152 do Estado de Santa Catarina - UDESC as sobras de recursos seriam mantidas com as
153 Instituições; comentou sobre estar-se sujeito às intempéries da natureza e nesse e outros
154 casos, fundos seriam necessários. O Administrador da Prefeitura do *Campus* Universitário
155 - PRECAM, Professor Ítalo Sérgio Grande indagou qual seria o percentual de custeio e
156 investimento da Universidade. Prontamente se manifestou o Conselheiro Emerson
157 Martins Hilgemberg que informou ter ignorado a existência da Fonte 250; disse que se
158 poderia imaginar nos números apresentados, seria valor de repasse, e quando colocado
159 custeio e investimento seria do repasse da receita tributária por parte do Governo do
160 Estado, esclarecendo que na conta apareceria simplesmente como diferença,
161 explicitando detalhes da planilha; afirmou não haver percentual, e que nessa simulação
162 o orçamento total cresceria a uma razão de onze inteiros e sete décimos por cento (11,7%)
163 e a folha a uma razão de cinco por cento (5%), e a diferença dos dois, seria colocado
164 como custeio e investimento, sem ser estabelecido um percentual, nem razão de
165 participação; relatou que a melhor aproximação que teria sido julgada seria comparar o
166 valor da folha desse ano com a do ano anterior, sem reajustes, sem contratações, com o
167 crescimento de dois por cento (2%); reiterou tratar simplesmente de exercícios que depois
168 levariam a pensar estrategicamente em proposta a ser feita, e que ao negociar se teria
169 um parâmetro estabelecido; dentro da planilha exposta, passou a exemplificar
170 preenchendo lacunas com dados diferenciados de porcentagens e valores; seguidamente,
171 após ampla demonstração e interlocução, afirmou que basicamente seria o que a
172 Comissão teria a apresentar, até onde teriam avançado, colocando o que já estaria
173 agendado para a próxima reunião, sendo uma das tarefas da Comissão, tentar entender
174 como os documentos da UEL e UEM teriam sido elaborados, e que o estudo apresentado

175 simplesmente seria uma análise numérica. Nesse momento o Senhor Presidente fala
176 sobre as projeções elaboradas e a metodologia usada pela UEM; rememorou gestões
177 anteriores de Governo, comentando sobre período em que as IES, através da APIESP
178 receberam maior apoio do ponto de vista de repasse de recursos, período esse quando
179 teria sido construído o hospital regional, iniciado o Programa Universidade em
180 Movimento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI,
181 Biblioteca, equipamentos e outros investimentos; ainda relacionado a outras épocas,
182 citou o crescimento do ensino privado provocado por fonte de financiamento, e através
183 de negociação com o Governo as IES estaduais teriam conseguido recursos ao longo de
184 quatro (4) anos; seguiu historiando sobre a metodologia de cada Instituição e seus
185 impactos no índice atual; afirmou que no quesito "pessoal", a dimensão seria diferente
186 porque haveria Universidades maiores que a UEPE, mas percentualmente haveria
187 grande semelhança; mencionou também, a respeito dos possíveis problemas na hora de
188 tentar equalizar os índices; expôs a necessidade da discussão, parabenizando a forma do
189 trabalho montado pela Comissão, tido como dentro da realidade; se reportou a
190 comentários anteriores sobre o limite prudencial, reiterando que a LRF continuaria
191 atingindo a Instituição, assim como a Lei da Gravidade, as três (3) Leis de Newton e
192 assim por diante; afirmou que não haveria como escapar da Universidade se manter
193 dentro de um sistema estadual; declarou que muito poderia ser feito com autonomia, e
194 que se poderia fazer a mesma coisa sem autonomia só que com mais sofrimento e mais
195 dificuldade; sinalizou sobre escolha a ser feita e que a Instituição baseada nos números
196 apresentados não conseguiria negociar com o Governador em assembleia aberta, pois o
197 Sistema Estadual de Ensino Superior não seria apenas dos servidores públicos, mas de
198 todo o Estado do Paraná; argumentou que quem iria para negociar seriam os Reitores e
199 eventualmente mais algumas pessoas convidadas pelo Governo; afirmou que o respaldo

200 dado pelos Conselhos Superiores seria a margem de negociação, e que estaria tentando
201 simplificar uma discussão extremamente complexa, explanando a respeito do índice
202 desejado de oito por cento (8%); voltou a lembrar de anos anteriores em que não teria
203 sido efetivada negociação com o Governo, havendo recuo da Instituição e estacionada a
204 discussão da autonomia; contou que após a discussão da autonomia teria sido retomada
205 e o índice alcançado teria chegado a sete (7), sendo que a UEPG haveria pedido nove
206 (9), perdendo novamente a autonomia; após o histórico narrado, atestou que decidida a
207 metodologia a ser negociada, o Reitor não defenderia outra coisa que não fosse o
208 aprovado pelo COU, fruto da vontade da Comunidade Universitária; quanto ao valor
209 do índice vislumbrou difícil consenso entre IES ao considerar que já haveria divergência
210 nas formas de condução; declarou mais uma vez, agradecimento pelo trabalho
211 realizado, reconhecendo que muitas distorções anteriormente não observadas teriam
212 sido corrigidas; admitiu também não ter interferido no desenvolvimento da tarefa; em
213 seguida abriu espaço para discussão, evidenciando que por enquanto a apresentação
214 seria uma avaliação. Primeira a se manifestar a servidora Dirlene de Andrade Batista,
215 advogada, na ocasião representando o Chefe da Procuradoria Jurídica - PROJUR,
216 alegou preocupação com a questão de precatórios de pequeno valor que, no
217 entendimento da Justiça e legitimada por Resolução, o pagamento seria
218 responsabilidade da Instituição; justificou a questão ser preocupante porque seriam
219 valores saídos do recurso próprio da Universidade, que quando determinado o
220 pagamento, de pronto o valor seria sequestrado. A Presidência colaborou afirmando
221 que inclusive convênios poderiam ser bloqueados; esclareceu que a questão relacionada
222 com os precatórios seria também mais um objeto de negociação, discorrendo a respeito
223 da pena para não pagamento de precatório que seria a intervenção. O Conselheiro Luiz
224 Alexandre Gonçalves Cunha no desejo de complementar a fala sobre aspectos jurídicos

225 citou documento da UEL, afirmando que seria uma discussão nos termos do que haveria
226 de decretos, de leis baixadas pelo Estado, e demais atos que atingiriam a autonomia,
227 uma meia dúzia de decretos e leis a partir do ano de dois mil e onze. Nesse momento foi
228 esclarecido e afirmado pelo Senhor Presidente que o documento aprovado nessa
229 oportunidade contemplaria a informação. O Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas
230 Júnior argumentou no sentido de que o aumento da arrecadação resultaria de aumento
231 de tributação, indagando sobre o cenário introspectivo do pensamento a respeito dos
232 aumentos de impostos. O Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg destacou que
233 necessariamente não seria assim, considerando o valor como nominal; afirmou que um
234 tanto seria inflação e outro tanto seriam eventuais aumentos de impostos, e
235 eventualmente, com o crescimento da economia, cresceria a base de tributação. O
236 Senhor Presidente sugeriu que fosse colocada média histórica. Imediatamente
237 confirmado pelo Conselheiro relator que a média histórica já estaria considerada no
238 estudo e que seria a de onze inteiros e sete décimos por cento (11,7%) apresentada;
239 explicitou a respeito de cálculo mais conservador com baixa da média histórica,
240 conjecturando até quando a média histórica seria sustentável para a Instituição. O
241 Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha corroborou que seriam realistas e seguros os
242 números apresentados, seguido da afirmação do Conselheiro Emerson Martins
243 Hilgemberg de que o trabalho teria sido calculado com dados no maior nível de
244 agregação possível e a conta mais elementar possível; disse que numa eventual
245 negociação salarial, essa seria dentro do Executivo, mas também dentro dos demais
246 Poderes porque esses seriam os dados que o Governo olharia no agregado, qual sendo
247 seu comprometimento com a folha. A Presidência exemplificou situação de país com
248 maior estabilidade, no caso a Finlândia, onde tudo seria bancado pelo Estado, como
249 escola, transporte, saúde, enfim, talvez um dos países que superariam o Brasil em termos

250 de arrecadação e em compromisso individual de impostos, porém, haveria os problemas
251 com o envelhecimento da população, países que ao ficarem ricos diminuiriam o número
252 de filhos e estariam com dificuldade de continuar arrecadando o nível de imposto
253 mantenedor da qualidade de vida da população, comentando sobre a incoerência ao
254 estarem sinalizando dificuldades a frente em função da riqueza; continuou
255 exemplificando ao citar o Japão e como aquele país teria superado a falta de pessoal,
256 afirmando que colocando robôs e computadores; voltando a falar do Brasil disse que o
257 país estaria invertendo a pirâmide de pessoas de idade, e que hoje teria mais idosos do
258 que jovens, mudança essa ocorrida em dois mil e quinze; afirmou ainda que isso
259 aumentaria os problemas com impactos na previdência, inclusive no Setor de Produção
260 por falta de pessoas, além de que ao se levar isso tudo em consideração, haveria de se
261 pensar muito no que seria realidade e no que não seria, com outras coisas também
262 passíveis de impactar, justificando assim o trabalho em cima de números médios. O
263 Conselheiro Vicente Paulo Hajaki Ribas expôs considerações próprias dizendo que não
264 entenderia a discussão da autonomia financeira da Instituição, no sentido de que veria
265 como impossível, juridicamente imaginar as IES com autonomia, como imaginado de
266 que poderiam fazer isso, aquilo, praticar contratações; afirmou que não seria bem assim,
267 que haveria uma série de questões de limites prudenciais, estando a Universidade
268 inserida neste contexto; declarou não ter como propor alterações de plano de carreira,
269 aumentos salariais, vantagens, criações de vantagens que passassem por leis, com todos
270 continuando como funcionários públicos, portanto, sujeitos a todo regramento do
271 funcionalismo público; conjecturou que as IES poderiam obter ganhos de receita e ter
272 disponibilidade de acordo com as projeções, somente no caso de haver mudança de
273 posição do Governo com flexibilização dos recursos; argumentou que talvez trabalhando,
274 chegando-se a um índice, pudesse se ter um pouco mais de recursos, melhorando e

275 irrigando um pouco mais as finanças do Estado para que as Instituições pudessem enfim,
276 pelo menos atender suas demandas básicas de custeio e manutenção, podendo somente
277 manter a situação já poderia ser um ganho, mas que a negociação seria formal, como
278 sempre teria sido feito, com a ideia podendo eventualmente ser melhorada; sobre o
279 índice, indagou que as Universidades cada uma apresentaria seu índice, e dentro disso o
280 que seria colocado; atestou a manutenção pela UEPG da política conservadora de fazer
281 o certo, e que teria alguns passivos de toda ordem, ordem pessoal, precatórios, enfim,
282 uma situação um pouco diferente das coirmãs, que teriam outro tipo de passivo, e que
283 certamente seriam colocados em seus índices; opinou que, ao considerar a situação da
284 UEPG relativamente em ordem, teria que se incluir também todas as suas demandas, os
285 passivos contingentes, tudo que eventualmente se tivesse para tentar obter índice um
286 pouco melhor, sendo possível a negociação em cima destes números; considerou a
287 apresentação como toda correta, com entendimento das metodologias e projeções todas
288 muito relativas, o crescimento do estado de receita, muito clara a inflação, um pouco de
289 crescimento real, aumento de carga tributária, uma série de coisas e o futuro estando
290 denso, não haveria como saber; continuou sua fala antevendo que com a ideia de obter
291 participação dada a receita, se simularia dados com a situação econômica/financeira
292 futura, porém, da outra maneira também a Instituição estaria sujeita às mesmas
293 restrições, porque vindo uma crise os orçamentos sofreriam maiores cortes pelo Governo,
294 e ao melhorar um pouco haveria um afrouxamento mínimo das regras, continuando a
295 ser assim o jogo; pressupôs outros tipos de problemas ao comentar sobre a fixação do
296 índice percentual e indagou como seria a parte da Instituição, advertindo que a conta
297 da UEPG seria pequena perto das demais IES acabando por ter uma participação
298 menor, e apesar disso mantendo a performance de levar as coisas do jeito certo, não
299 transferindo problemas para o Governo resolver; demonstrou ainda, dúvidas quanto a

300 maneira de como a negociação entre Instituições ocorreria; prosseguiu refletindo a
301 respeito de possíveis situações advindas da especificidade de cada Instituição no
302 momento de um querer, indagando se a Instituição teria força política numa dessas
303 decisões, comentando inclusive sobre a possível existência de diferença entre as Políticas
304 Docente das IES; expressou preocupação com a questão em si, declarando ser válida a
305 tentativa e que gostaria que houvesse boa vontade por parte do Governo de uma
306 flexibilização nas finanças da Universidade, uma autonomia relativa como sempre foi,
307 como sempre será, pois se trata de uma instituição pública; finalizou afirmando ter que
308 se pensar, se possível, na equalização da base de cálculo das Instituições e também sobre
309 como seria colocada a questão da UEPG não ter grandes pendências como as coirmãs, e
310 concluiu apresentando essas como algumas das suas angústias e preocupações com o
311 processo. Na sequência, o Senhor Presidente exemplificou processo de negociação entre
312 IES e o Governo de Estado, relatando caso da UNESP com relação à devolução do
313 Hospital ao Estado, e afirmando sobre a possibilidade de variadas formas de negociação.
314 Nesse momento a servidora Dirlene de Andrade Batista expressou preocupação bastante
315 grande a respeito de diversas ações trabalhistas demandadas contra a Universidade,
316 procedentes do Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais - HURCG. A
317 Presidência apontou estar contida no documento elaborado essa preocupação.
318 Novamente o Conselheiro Relator assumiu a palavra para pontuar que a dinâmica de
319 criação de novos cursos passaria a ser outra; narrou que atualmente quando idealizado
320 pelos Departamentos um curso novo, que seria tentado dimensionar isso, sendo
321 calculado quanto seria o custo em termos de pessoal e recursos, avançando para a briga
322 por orçamento a partir da demanda enquanto Instituição, especificando possíveis
323 mudanças no quadro novo que se apresenta, com realocações e cortes de pessoal, ou
324 uma suplementação de orçamento de algum outro lugar que banque esse curso novo.

325 Próximos a se manifestar, o Conselheiro Luis Fernando Cerri se reportou a questão das
326 aposentadorias, apontando como a grande crise do sistema estadual paulista a queda
327 no percentual que as Universidades teriam, sendo essa a dimensão da crise; indagou
328 quanto ao projeto de construção de cálculos, se contemplariam os aposentados ou não, e
329 que em caso positivo no prazo de trinta (30) anos, a Instituição teria um grande
330 problema de encolhimento para dar conta das aposentadorias. Imediatamente o Senhor
331 Presidente corroborou com o comentário, complementando com a informação de que as
332 Universidades Paulistas estariam com trinta e dois (32) anos, que teriam conseguido
333 autonomia no ano de um mil, novecentos e oitenta e cinco, ficando com os inativos, o
334 que hoje estaria impactando muito negativamente. O Conselheiro Emerson Martins
335 Hilgemberg atestou a necessidade de avançar mais não só na questão do ponto de vista
336 exclusivamente financeiro, mas também na dinâmica de contratação de professores
337 novos e criação de cursos, de crescimento de uma Universidade em relação a outra;
338 expressou opinião de que a negociação em conjunto não estaria ocorrendo, e que cada
339 IES teria construído seu perfil particular, somente encaminhando ao mesmo tempo, e
340 que não estaria sendo pensado em sistema. Aparte solicitado pelo Conselheiro Luiz
341 Alexandre Gonçalves Cunha que reforçou a necessidade em aprofundar os estudos
342 dentro da perspectiva de outra IES, incluindo demandas da UEPG nesse estudo,
343 exemplificando como as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, área de
344 pessoal; defendeu a relevância das discussões como caminho de maior avanço no
345 conhecimento da Universidade, e quanto a Política Docente disse ter sido voto vencido
346 junto ao Setor de Ciências Exatas e Naturais - SEXATAS, do qual está Diretor, no sentido
347 de que acordaram não ser oportuna a discussão nesse momento, principalmente no
348 contexto político atual, ou seja, ficou decidido por esperar as eleições do próximo ano
349 para discutir com o novo governo. Finalizadas as solicitações de fala, o Senhor Presidente

350 deu prosseguimento considerando ter sido atingido o objetivo de fazer uma avaliação do
351 trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho na última semana; informou sobre possível
352 encontro no dia dezoito com as demais Universidades no intuito de chegar na mesma
353 base, mesmo fundamento, corroborando com a ideia de que discutir sempre seria
354 interessante; já encaminhando para o encerramento da reunião, comunicou que a
355 Resolução SETI nº 137/2017 teria prorrogado por mais trinta (30) dias o prazo para
356 conclusão dos estudos pelo grupo de trabalho instituído pela Resolução nº 109/2017;
357 avisou que estaria em viagem a partir do dia seguinte, deixando a cargo da Senhora
358 Vice-Reitora a continuidade do trabalho a partir da conversa final do dia dezoito e a
359 próxima reunião do COU do dia trinta e um desse mesmo mês. Não havendo inscrições
360 para Palavra Livre e nada mais a tratar, às onze e oito minutos, a Presidência
361 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada esta reunião, da qual, eu, Eliane
362 Maria Fidelis, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente ATA, que depois de
363 aprovada será assinada pelos presentes. Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores,
364 *Campus Uvaranas*, onze de outubro de dois mil e dezessete.

365

ATA Nº 07/2017

366 Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

367 Gisele Alves de Sá Quimelli

368 Adriana Scoton Antonio Chinelatto (suplente)

369 Alexandre Camilo Junior

370 Amaury dos Martyres

371 Antônio Marcos Maia

372	César Augusto Galvão Arrais	_____
373	Eduardo Pereira	_____
374	Emerson Martins Hilgemberg	_____
375	Gabriela Mazureki Campos Bahniuk	_____
376	Gilmar Batista Mazurek	_____
377	Luis Fernando Cerri	_____
378	Luiz Alexandre Gonçalves Cunha	_____
379	Marcos Vinicius Fidelis	_____
380	Maria Salete Marcon Gomes Vaz	_____
381	Marilisa do Rocio Oliveira	_____
382	Miguel Archanjo de Freitas Júnior	_____
383	Osnara Maria Mongruel Gomes	_____
384	Paola Andressa Scortegagna (suplente)	_____
385	Paulo Vitor Farago (suplente)	_____
386	Paulo Rogério Moro	_____
387	Rita de Cássia da Silva Oliveira (suplente)	_____
388	Rosane Falate	_____
389	Silas Guimarães Moro	_____

- 390 **Silviane Buss Tupich** _____
- 391 **Vicente Paulo Hajaki Ribas** _____
- 392 **Presentes:**
- 393 **Dirlene de Andrade Batista** _____
- 394 **Ítalo Sérgio Grande** _____
- 395 **Joani Alves Ferreira** _____
- 396 **Neomil Macedo** _____
- 397 **Eliane Maria Fidelis - Secretária** _____